

ECO-FEMINISMO – SUPERANDO A DICOTOMIA NATUREZA/CULTURA

Graciela Rodriguez¹

*Temos nos afastado tanto de nossas raízes naturais que a
vida, e não a morte, nos deixa perplexos*
Ynestra King

*...o homem tem se transformado em perigoso não só para sim
mesmo como também para toda a biosfera*
Hans Jonas

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a chamada Rio+20 realizada no Brasil em 2012 colocou desafios novos para o feminismo brasileiro, mas que em muitos sentidos têm relação com preocupações ambientais e relativas ao que podemos chamar “modelo civilizatório”, presentes em diversos movimentos sociais e também no feminismo internacional, em especial depois da crise sistêmica desatada a partir de 2008.

Ainda que não tenha aqui nenhuma pretensão e possibilidade de conseguir dar conta de tais preocupações que rondam o movimento feminista faz já bastante tempo, interessa-me contribuir com esse debate junto a setores do movimento organizado de mulheres brasileiras aceitando o desafio em que o redemoinho preparatório da Rio+20 nos colocou.

De fato, a Rio+20 permitiu-nos lembrar a Eco 92, que já trouxera reflexões muito importantes, elaboradas por algumas ecofeministas. Talvez pelo seu breve e reduzido acúmulo à época, mas também pela força que tinha naquele momento o movimento feminista de cunho mais “tradicional” da década de 80, as ecofeministas não tiveram naquela ocasião acolhida favorável dentro das ideias dominantes ao interior do próprio feminismo. Inclusive o *Planeta Fêmea*, espaço de reflexão das mulheres na Eco92, criado sob a influência das ideias ecofeministas propiciadas por Vandana Shiva, Maria Mies, Carolyn Merchant e redes e organizações sociais como o Finrrage e a Redeh dentre outras²,

¹ Socióloga, feminista, coordenadora do Instituto EQUÏT, Conselheira do CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, membro da AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras e co-coordenadora do Território Global das Mulheres na Cúpula dos Povos na Rio+20.

² **Publicação Planeta Fêmea**. Rio de Janeiro - Brasil. 1992. (mimeo biblioteca I. EQUÏT)

não conseguiu inspirar mudanças importantes nem lograr a incorporação da perspectiva ecológica ao movimento de mulheres da época.

De fato, as contribuições ecofeministas do início da década de 90 foram muito mal recebidas e fortemente criticadas desde a perspectiva dos feminismos de viés culturalista, seja na corrente de cunho “liberal”, “socialista” ou “radical”, como eram chamadas algumas das principais tendências feministas do momento³. Ao contrário, elas traziam uma perspectiva de valorização do papel das mulheres em relação ao cuidado da terra, das águas, das sementes etc., e de proximidade entre as mulheres e a Natureza, e como isto a necessidade de aproximar a reflexão feminista do pensamento ecologista.

Ainda que não se pudesse falar de ecofeminismo, como uma visão única, as diversas correntes ali incluídas, e apesar de serem ainda muito mal conhecidas na época da Eco92, foram em geral rejeitadas e tachadas de essencialistas⁴, o que acabou cristalizando o debate e aumentando o seu rechaço sem um aprofundamento crítico das argumentações.

Entretanto, as evidências trazidas pelo novo século, e a soma de reflexões acumuladas neste último período em torno aos impactos das mudanças climáticas e à problemática da relação com o ambiente e os recursos naturais – tais como contaminação das águas, solos e alimentos, o avanço da transgenia, a sobre-exploração dos recursos naturais, etc. – foram colocando a imperiosa necessidade de repensar a relação das mulheres e do feminismo com a “natureza”. A atualização do pensamento feminista, levando em consideração sua interação com perspectivas ecológicas críticas e com o questionamento cada dia mais necessário da mercantilização e financeirização extremas da vida e da tecno-ciência hegemônica é iniludível, diante das evidências dos desastres ambientais e os impactos negativos do atual modelo capitalista de crescimento indefinido.

Sabemos que este esforço será enorme, pois inclui questionamentos profundos às bases filosóficas⁵ mesmas do que se costuma chamar moderno feminismo, que incluem também reflexões sobre o corpo, a sexualidade e as intervenções da medicina e da

³ Rotania, A. **A celebração do temor: biologias, reprodução, ética e feminismo**. Ed. Engenho e Arte, FAPERJ. Rio de Janeiro. 2001.

⁴ Puleo, A. Feminismo y Ecología: un repaso a las diversas corrientes del Ecofeminismo”. **El Ecologista**, Número 31. Verano. España. 2002.

⁵ Jonas, H. **Il principio da Responsabilità. Un ética per la Civiltà Tecnologica**. Einaudi. Torino. 1993.

bioengenharia sobre o controle da fertilidade das mulheres e da reprodução da vida⁶. Assim, reconhecendo a dimensão profunda de tais questionamentos, talvez agora possamos entender melhor porque o ecofeminismo não teve acolhida favorável quando surgiu e alcançou alguma notoriedade durante a Eco-92.

O distanciamento das mulheres da “Natureza” para justamente “alcançar a Cultura”, abandonando a secular e patriarcal “naturalização” do seu papel na sociedade, foi movimento histórico fundamental para aceder e ampliar sua caminhada de emancipação. O surgimento do moderno movimento feminista liderado e expressado brilhantemente por Simone de Beauvoir foi, nos anos 50, um marco teórico fundante do movimento feminista da segunda metade do século XX. Daí a famosa frase “Não se nasce mulher, torna-se mulher”⁷, onde a autora justamente busca afastar as mulheres da natureza e do biologismo reconhecendo a moldagem cultural do seu papel social. As reflexões desta autora permitiram amplificar a noção do papel da mulher como o “outro”, sempre localizado em referência ao masculino, hierarquicamente superior por seu *lócus* na cultura.

Esse importante passo histórico dado para explicitar e esmiuçar o conteúdo cultural da dominação patriarcal foi fundamental para permitir o questionamento e o afastamento das mulheres do seu “destino” único e socialmente obrigatório do casamento e da maternidade e permitir a chamada liberação feminina das últimas décadas.

Ao mesmo tempo, evidentemente, as consequências teóricas e políticas dessa sustentação filosófica no afastamento das mulheres da Natureza têm sido muito profundas e complexas. Esse arcabouço fundante do pensamento feminista precisará ainda de muito debate e crítica para que tenhamos uma visão aprofundada e minuciosa de suas consequências para o atual movimento no início do século XXI e para os novos desafios que nos coloca a vida no planeta.

Por estes motivos sucintamente referidos, gostaria aqui de fazer algumas aproximações, buscando dar continuidade às muitas reflexões promovidas na Eco-92 e a outras mais recentes alentadas por feministas ambientalistas, ou por ecofeministas ou por outras perspectivas que têm procurado reconciliar as mulheres com a Natureza.

⁶ Rotania, A. Ob. Cit.

⁷ Beauvoir, S. **O segundo Sexo**. Tomos I e II. Editora Siglo Veinte. Buenos Aires. 1977.

1 - A CONEXÃO DAS MULHERES COM A NATUREZA

Revisitar por ocasião da Rio+20 os elementos que ajudaram a configurar o ecofeminismo foi uma alternativa que procuramos aprofundar, a partir de setores do movimento organizado de mulheres. Nem tanto numa perspectiva acadêmica ou reflexiva em si, mas sim no caminho de compreender e dar resposta às inúmeras lutas em defesa da natureza em que as mulheres se encontraram inseridas nos últimos anos no contexto brasileiro e também em muitos territórios do mundo.

Na experiência do movimento feminista brasileiro, a enorme presença das mulheres organizadas em diversas lutas locais e territoriais de resistência às barragens, à privatização da água, ao uso indiscriminado de agrotóxicos ou sementes transgênicas, ao banimento de usinas nucleares, ou pelo contrário, através da agroecologia e da agricultura familiar, da economia solidária, do extrativismo local e da proteção dos bosques, florestas etc. como afirmação da construção de alternativas populares e sustentáveis, são mostra de lutas novas, que o cuidado cotidiano da vida foi impondo às mulheres.

As lutas das ativas mulheres de Altamira e região contra a privatização e barragem do Rio Xingu em Belo Monte, contra a privatização da água na cidade de Manaus, no coração da Amazônia, pelo livre acesso aos babaçuais, especialmente na pioneira luta das bravas maranhenses, contra as florestas de monocultivo de eucalipto no Espírito Santo e Paraná, contra a pesca de arrastão no Ceará, e as muitas outras lutas em que quase sempre encontramos as mulheres à frente, nos chamaram para a necessidade de renovar as reflexões de modo a permitir a compreensão da essência de tais lutas.

Neste sentido, a recuperação e atualização do pensamento feminista, incorporando as reflexões ecofeministas ou ambientalistas e as contribuições das mulheres indígenas e dos conceitos do “bem viver” andino, foram uma necessidade surgida da prática de resistência do movimento de mulheres a um modelo de desenvolvimento insustentável que está impactando cada dia mais fortemente as próprias bases da sobrevivência comunitária sadia e digna. A degradação ambiental e os impactos da contaminação de águas e solos, como também as consequências das mudanças climáticas que já se deixam sentir estão sendo enfrentadas de fato pelas mulheres, que sentem profundamente afetado seu cotidiano de produção e reprodução da vida humana.

A agenda da exploração dos recursos naturais (mineração, matriz energética, desmatamentos etc.) e sua vinculação com a vida cotidiana da população (direitos humanos, soberania alimentar e água, cuidados e serviços públicos etc.) tem sido especialmente assumida e visibilizada pelas mulheres. Enfatizar os impactos que o modelo de desenvolvimento provoca sobre a vida cotidiana da população é tarefa carregada permanente pelos movimentos de mulheres. Nesse sentido, visibilizar e dar o rosto humano, familiar e comunitário às consequências da atuação das mineradoras, do uso dos agrotóxicos, da contaminação e dificuldade de acesso a água, entre outras, tem sido preocupação das mulheres.

Assim, e com o auxílio do pensamento econômico feminista e da chamada economia do cuidado, formulada com muita precisão pelas economistas feministas, o enfrentamento dos novos desafios e das lutas ambientais conheceu novas alianças e perspectivas de apoio para refletir sobre as mudanças necessárias ao feminismo na atualidade.

Estamos protagonizando uma época de profundas mudanças e desafios. A relação com a natureza, em suas riquezas, mas também em suas limitações, precisa ser repensada. Os chamados bens comuns da vida estão sendo ameaçados sua permanência ou sobrevivência pública e compartilhada no planeta. Tal como na Idade Média, em que o cercamento dos bens comunitários e a expulsão dos servos e camponeses da terra para sua transformação em proletários foi o âmago agressivo e encarniado da transição ao capitalismo⁸, a desterritorialização e o presente despojamento dos bens comuns da humanidade podem estar sendo o novo centro brutal das transformações para ampliação da acumulação do capital em nossos dias. A expropriação dos recursos naturais e as novas formas de sujeição da mão de obra, aparentemente voltam a estar na essência e cerne da transição a um novo modelo de acumulação de capital com novos arranjos produtivos.

Diante de tanto desafio, repensar a relação do humano com o natural, e isto ligado ao conceito de dominação, toma importância decisiva para compreender e desenhar perspectivas que questionem a visão ocidental hegemônica de necessidade de domínio e controle do homem sobre a natureza da mesma forma como o domínio dos homens tem-se imposto sobre as mulheres, e que ambos os casos têm provocado resultados tão nefastos

⁸ Federici, S. **Calibán y la bruja** – Mujeres, cuerpo y acumulación primitiva. Ed. Traficantes de Sueños. 2010. España.

para a humanidade e o planeta. A perspectiva ecológica que nos últimos anos tem desenvolvido um olhar crítico a essa relação homem-natureza, junto com as argumentações ainda menos conhecidas ao menos no Brasil do “bem viver”, precisam ser captadas e integradas nesse questionamento da dominação. Assim, pretendemos aqui elencar apenas alguns dos temas e questões que consideramos que precisam ser vinculados, e com os quais temos aproximado algum debate (ainda que insuficiente, promissor), numa perspectiva integradora dos pensamentos ecologista e feminista para avançar na transformação da sociedade, num caminho por maior equidade e sustentabilidade:

A noção de progresso na Modernidade

Buscando as ideias que fundam o pensamento econômico moderno percebemos que elas se baseiam na noção de crescimento infinito da produção para satisfação das necessidades, processo que buscaria levar a humanidade ao progresso permanente. Esta noção de progresso está assim na base do pensamento econômico liberal ou mercantilista que surge na Modernidade. Entretanto, ela também permeará as principais correntes de pensamento e as concepções econômicas posteriores, incluindo as mais estatizantes e até as perspectivas e propostas econômicas de cunho socialista. De fato, o progresso essencial no pensamento de Ricardo, também o será para Keynes e Marx. O que irá diferenciar essas visões encontra-se em questões como a propriedade dos meios de produção, incluída a força de trabalho e o rendimento criado por esta, seja ele expresso no ganho capitalista ou na mais-valia apropriada pelo capital ou no lucro coletivamente distribuído nos regimes igualitários, mas que em qualquer caso pouco se liga com algum tipo de valor designado à Natureza.

Com as ideias que deram passo à Modernidade a partir do Século XVI sentaram-se as bases dos atuais modelos de pensamento e das visões filosóficas que vieram influenciar os séculos seguintes. Junto com essa noção de progresso, nossa cultura foi também moldada pela ideia de supremacia do humano, e especificamente do Homem sobre a Natureza e a necessidade da superação permanente dos seus limites através da ciência e da tecnologia. Esta ideia de supremacia implica concomitantemente a noção de subordinação do “outro”, do diferente, do oposto num pensamento dicotômico ou dualista. Essa perspectiva, de fato tem incluído a redefinição ou ampliação permanente da conceitualização deste “outro” em

cada período histórico, como forma de criação das diversas dominações (às mulheres, aos não brancos, aos não heteronormais, aos não católicos etc.) Neste caso, falamos da subordinação da Natureza aos desígnios da autoridade humana, em forma semelhante àquela em que o pensamento patriarcal legitima a subordinação das mulheres pelos homens, perspectivas ambas que têm-se generalizado e tornado hegemônicas no mundo, abrindo caminho ou facilitando historicamente as outras formas de subordinação, base das diversas discriminações ao interior do sistema hierárquico pré-capitalista e capitalista, em cuja essência é semelhante à relação de subordinação existente entre o Homem e a Natureza...

Assim, nessas análises econômicas e na visão de mundo que se cria junto da mencionada perspectiva do progresso a partir da instauração da Modernidade, da mesma forma em que não se incorpora a riqueza produzida pelas mulheres no seu cotidiano trabalho doméstico, tampouco será levado em consideração o valor das forças e bens da Natureza, e em particular sua existência finita.

A supremacia do Humano

Tentando resumir alguns dos elementos que facilitaram a formação do pensamento que sustenta essa supremacia do Homem frente à Natureza, podemos dizer que ela se origina nos seguintes aspectos: em primeiro lugar, num pensamento dual ou dicotômico fundante da modernidade. A perspectiva binária como método de pensamento, explicitada no século XVII por Descartes no seu livro *O discurso do Método* é para muitos autores, base da lógica que sustenta a Modernidade. A estrutura dos dualismos opostos, (tais como cultura/natureza; homem/mulher; alma/corpo; razão/emoção etc.) está na base de formação do pensamento moderno, sendo ambos pares do binômio ligados entre si por relações de causa/efeito e polos de uma ordem hierárquica.

A crítica contemporânea a este tipo de pensamento tem mostrado que ele impede ou dificulta as flexibilidades, interações, duplas ou múltiplas causalidades ou até formas intermediárias que cada vez mais identificam um pensamento atual, capaz de incluir uma pluralidade de causas e interações entre os conceitos. Ou seja, a perspectiva cartesiana e dualista tem sido superada por um pensamento que não precisa atualmente de opostos e de hierarquia, e sim muito mais de interfaces ou imbricações, seguramente mais adequadas para a análise da realidade múltipla e cambiante.

Assim, na perspectiva da Modernidade, se inicia uma profunda reformulação estrutural e simbólica civilizacional que traz a releitura das relações entre o ser humano e a Natureza, sendo esta considerada o “polo passivo”, o que legitima o acionar humano para usufruto e controle crescente dos recursos naturais como garantia do “progresso” econômico, associando-o ao domínio e aproveitamento da Natureza.

Nesse sentido, ver o natural em oposição ao humano e à cultura pode fazer parte de uma visão estática e esquemática que a realidade vai ajudando a desbaratar. O uso dos recursos naturais como fator de produção sem custo ou apenas de custo da sua retirada do ambiente, mas não do seu desgaste ou extinção, está se tornando completamente impossível de sustentar, além de inadequado. Bastante recentemente começamos a perceber a noção do “limite”, tanto pelo esgotamento, por exemplo no caso do petróleo, como pelos impactos causados na natureza pelo aquecimento global. A noção do indivíduo e sua capacidade de dobrar e torcer a natureza, retirando dela todo o possível para gerar lucro está sendo profundamente questionada atualmente pela farta evidência do estreito relacionamento entre a ação humana e as preocupantes e cada vez mais notáveis respostas da Natureza.

Um segundo aspecto determinante neste debate se refere à dualidade Natureza/Cultura, que também acarreta uma perspectiva hierarquizante, já que a própria cultura expressa o controle do instintivo, a sublimação do primário natural.

“Natureza” e “Cultura”: o lugar das mulheres...

De fato, a relação das mulheres com a Natureza tem sido conflituosa para o pensamento e a ação feministas devido à chamada “naturalização” do papel da mulher na história patriarcal. A clássica visão das mulheres ligadas ao “natural” e ao âmbito do privado, enquanto aos homens o mundo da cultura e do público, é recorrente e parte de um presumido senso comum. O lugar das mulheres ligado à Natureza numa perspectiva biologizante que reforça seu papel no mundo privado e seu destino na maternidade, tem sido por isso vasta e corretamente criticado nas reflexões feministas, que mostraram toda sua rejeição a essa ligação. Entretanto, novas reflexões e a aproximação ao conceito de ecofeminismo têm-nos levado a explorar caminhos inéditos na relação natureza/cultura, como por exemplo, a relação das mulheres e das pessoas em geral com a natureza, que é uma relação de opressão, a mesma que as mulheres sofrem em relação ao sistema

patriarcal. O ecofeminismo, vertente dentro do feminismo que busca aproximar esses conceitos, enxerga um relacionamento mais harmonioso das mulheres com o meio ambiente e com seu próprio corpo enquanto natureza.

Na verdade, a dualidade Natureza/Cultura, que está tão presente na origem do moderno pensamento feminista desde a década de 50 do Século XX, também fazia parte e está na base da Modernidade e sua relação antropocêntrica com o mundo. A reafirmação do domínio do Homem sobre a Natureza norteia a formulação científico-técnica dos últimos séculos. O ideal da Ciência Moderna está de fato extremamente ligado à completa subordinação da Natureza pelo homem, que dela pode dispor sem limite para o seu benefício.

Justamente esse formato de dominação do homem sobre a Natureza tem muita semelhança com a subordinação que o patriarcado impôs às mulheres, ao naturalizar seu papel e confinar sua atuação ao âmbito doméstico, transformando uma diferença – esta sim natural – em desigualdade social⁹. A supremacia do Humano sobre o Natural se expressa num formato semelhante ao que assume a supremacia do Masculino sobre o Feminino, e compreender uma, ajuda a compreender a outra. Porém, é importante lembrar que “esta conexão das mulheres com a natureza tem-se prestado a uma romantização das mulheres como o bom, separadas de todas as ações ruins dos homens e da cultura. O problema é que a história, o poder, as mulheres e a natureza são muito mais complicados que isso”¹⁰, e nesta comparação que consideramos pertinente, precisamos, ao mesmo tempo, fugir de visões de vitimização das mulheres como também de uma analogia simplista.

De outro lado, não somente a forma que toma a dominação da mulher pode-se dizer semelhante à que sofre a Natureza, como também apresentam entre elas outra coincidência, que muito nos fala das características comuns a uma e outra forma de dominação em nosso mundo. Ambas compartilham da mesma invisibilidade e da mesma gratuidade do seu trabalho.

De fato, o papel do clima, dos ventos, da chuva, e até da fotossíntese realizada pelas plantas, ainda que imprescindíveis à manutenção da vida, são trabalhos invisíveis e gratuitos, igual que o trabalho de preparação dos alimentos, de socialização das crianças e

⁹ Romero, M. X. A.. **Ecología y feminismo**. Ecorama. Ed Comares. España. 1997.

¹⁰ Idem.

de atenção aos doentes e idosos, atividades realizadas geralmente pelas mulheres dentro dos seus lares – as chamadas atividades do cuidado da vida humana. Nenhum de tais trabalhos se veem refletidos nos custos econômicos ou nas contas nacionais, como parte da produção de riquezas. O esforço que historicamente tem sido realizado pelas mulheres e o trabalho silencioso que acontece na Natureza não contam economicamente, já que eles não passam pelo mercado, único espaço que confere valor no sistema capitalista. Esta completa falta de assinação de valor a uma e a outra destas atividades compõe no capitalismo o elemento básico da construção das relações de gênero e das relações com a Natureza.

“Quando algo é invisível, não consegue-se ver sua destruição. A invisibilidade da dependência das sociedades humanas das produções das mulheres e da natureza, claramente funcional aos mercados, tem conduzido a dois dos maiores problemas que enfrentam os seres humanos: a crise ambiental e a crise dos cuidados”¹¹.

2 – AS CONTRIBUIÇÕES DA “ECONOMIA DOS CUIDADOS”

Enxergar o trabalho não visibilizado pelo mercado tem sido outra contribuição importante do feminismo, ao incorporar na agenda dos movimentos sociais e na agenda social a questão do cuidado. Entendemos o cuidado como o trabalho necessário para a manutenção e a reprodução da vida na sociedade¹². De fato, a economia tradicional tem-se centrado historicamente na produção orientada ao mercado – na esfera pública – enquanto a produção doméstica destinada ao consumo familiar – na esfera privada – foi esquecida nas análises econômicas do modo de produção capitalista em geral nos últimos séculos.

Justamente, a visibilização política desse trabalho de reprodução social não remunerado¹³ é uma contribuição à teoria econômica promovida pelas economistas feministas, dado o viés androcêntrico da chamada ciência econômica que desconsidera a riqueza produzida pelas mulheres, e “onde se omite e exclui a atividade não remunerada ou

¹¹ Tejer la vida en verde y violeta. **Cuaderno 13**. Ecologistas en Acción. España. 2008.

¹² Espino, A. Trabajo y género: un viejo tema, ¿nuevas miradas?. In **Nueva Sociedad Nº 232**, marzo-abril de 2011

¹³ Picchio, A. Visibilidad analítica e política del trabajo reproductivo. In: Carrasco, C. **Mujeres y Economía**. Ed. Icaria, España. 1999.

sem valorização mercantil, orientada ao cuidado da vida humana e realizada em sua maioria pelas mulheres”¹⁴.

A percepção e categorização da divisão sexual do trabalho é outra contribuição evidenciada pela economia feminista que também pode ajudar a entender a invisibilização do trabalho reprodutivo não mercantilizado, e contribuir para que reflexionemos sobre como isto se relaciona com todos os trabalhos, incluídos os realizados pela natureza, que não passam pelo mercado e portanto não contam.

De fato, a divisão sexual do trabalho pode ser entendida como parte do contexto histórico de saída e superação do feudalismo, onde a passagem ao sistema capitalista irá requerer um enorme salto na riqueza apropriada pela classe dominante europeia sobre os trabalhadores, e onde essa divisão do trabalho em produtivo e reprodutivo, e entre homens e mulheres, irá aparecendo gradual e paulatinamente e resultará funcional ao processo de acumulação capitalista.

Justamente, Federici enfatiza em sua análise histórica do processo de consolidação da divisão sexual do trabalho, que a privatização e o cercamento¹⁵ da terra e dos recursos naturais comunais (como bosques, rios etc.) foram fundamentais para esse distanciamento entre produção e reprodução da vida. “Com a desaparecimento da economia de subsistência predominante na Europa pré-capitalista, a unidade de produção e reprodução nas sociedades de produção para uso, chegou a seu fim, e estas atividades se transformaram em portadoras de outras relações sociais ao tempo em que se faziam sexualmente diferenciadas”¹⁶. É desta época o processo que vai considerando a produção para o mercado como criadora de valor, enquanto vai relegando a força de trabalho utilizada no âmbito das tarefas da reprodução à invisibilidade, e mimetizando-as com uma vocação “natural” das mulheres.

Para Meillasoux¹⁷, a acumulação primitiva de capital contou nessa transição do feudalismo ao capitalismo com a enorme riqueza produzida pelas mulheres nos âmbitos

¹⁴ Carrasco, C. La economía feminista: Una apuesta por otra economía. Mimeo. 2006.

¹⁵ Usa-se aqui a palavra *cercamento* como utilizada pela autora (Federici), no sentido de limitar com cercas uma porção de terras, ou bosques, ou rio etc. ao livre trânsito e usufruto de pessoas e animais, substituindo o uso coletivo da terra pela propriedade individual.

¹⁶ Federici, S. Op. cit. P. 112.

¹⁷ Meillasoux, C. **Mujeres, graneros y capitales**. Ed Siglo XXI. México, 1987.

domésticos e que não é considerada na hora das remunerações e ainda, pelo contrário, permitiu implantar novas formas de controle e disciplinamento da força de trabalho.

Estas mudanças históricas – que alcançaram seu ponto mais alto no século XIX com a criação da ama de casa a tempo completo – redefiniram a posição das mulheres na sociedade e em relação aos homens. A divisão sexual do trabalho que apareceu com elas não somente sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, como também aumentou sua dependência em relação aos homens, permitindo ao Estado e aos empregadores utilizar o salário masculino como instrumento para governar o trabalho das mulheres¹⁸.

Dessa forma foi-se consolidando a visão que ignora a divisão do trabalho por sexo, invisibilizando a riqueza criada pelo trabalho doméstico não remunerado, em sua maioria realizado ainda pelas mulheres. Ao mesmo tempo, essa divisão sexual do trabalho e a distribuição desigual das tarefas do cuidado, além de ser uma das causas básicas da desigualdade entre homens e mulheres, pode também ser entendida como forma de distanciamento entre a produção e reprodução da vida, colaborando negativamente para a irresponsabilidade sobre as ações humanas que de fato têm-nos afastado do reconhecimento das condições em que se realiza a produção da comida, do vestuário, em fim, do custo socioambiental do que produzimos e consumimos.

De outro lado, essa separação tem colocado as mulheres na situação de uma maior percepção e necessidade de assumir as lutas promovidas pelas contradições entre a produção e o consumo – ainda que não sejam lidas diretamente nesta forma – ou pelas tragédias em que se traduzem cotidianamente a falta de um trato mais responsável e harmonioso com a natureza e a necessidade de uma maior justiça socioambiental.

Também a divisão sexual do trabalho poderá ser mais bem entendida e superada a partir de uma perspectiva não hierarquizada dos papéis feminino e masculino e de reunificação das tarefas produtivas e reprodutivas necessárias à vida e entendidas na sua dimensão histórica e “natural” para homens e mulheres.

Finalmente, esta percepção do trabalho invisibilizado nos facilita entender a coincidência entre o trabalho das mulheres e o da natureza na medida em que ambos têm ficado fora das relações mercantis e assim se tornado invisíveis aos olhos do “homo economicus”.

¹⁸ Federici, S. Op. Cit. P. 113.

Finalmente, neste elenco, ainda que limitado, de contribuições que temos procurado acrescentar olhando para as lutas empreendidas pelas mulheres na defesa do cotidiano da vida em âmbito local e nos territórios afetados pela lógica predatória do capital e das grandes corporações, precisamos somar as lutas em defesa dos chamados “bens comuns” que as mulheres têm sabido impulsionar. Os bens comuns (ou *commons*, do inglês) não são só bens, mas práticas sociais em comum, e as mulheres têm estado na frente de tais práticas e de enfrentamentos em espaços rurais e urbanos, buscando garantir o uso comum de tais bens, como por exemplo a água, a biodiversidade, o ar, mas também de bens comuns imateriais como os conhecimentos e saberes populares e tradicionais, a defesa das sementes crioulas, do cultivo das ervas medicinais, a manutenção e o livre acesso aos babaçuais e aos bosques de castanheiras, dentre outros. A apropriação do que é comum é alcançada através de diversos mecanismos, entre eles os legais (acordos de livre comércio, proteção de investimentos e da propriedade intelectual em organismos internacionais como a OMC); econômicos (como a grilagem e a apropriação privada dos territórios, e a expulsão das comunidades indígenas dos seus territórios, as remoções forçadas nos megaprojetos ou o mercado de carbono); e por fim, tecnológicos, (através de organismos geneticamente modificados – OGM –, sistemas restritivos de acesso à cultura – DRM – etc.) Todos esses fenômenos são parte de uma história ainda não contada do nosso tempo: o processo de cerco aos bens comuns, que vai além da privatização porque envolve privação de direitos, expulsão e fragmentação social. Talvez na frase “Contra a privatização do rio”, cunhada pelas mulheres na luta contra a construção do complexo de Belo Monte, se reflita toda a potência dessa defesa dos “comuns” que as mulheres têm sabido captar.

3 - A MERCANTILIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO DA NATUREZA E DA VIDA

De outro lado, alguns dos aspectos que também consideramos devem aportar no sentido de buscar aproximar as mulheres da Natureza, ou ainda mais precisamente, as lutas das mulheres com o ecofeminismo, numa visão integrada entre sua especificidade enquanto mulheres e as suas relações com o ambiente natural, se referem ao entendimento da relação histórico-social concreta com a natureza, e aos aspectos socioeconômicos que fazem a esse contexto:

Essa relação com a Natureza é datada historicamente, e não podemos analisar da mesma forma um modelo de sobrevivência humana numa sociedade baseada na coleta e caça, com o atual contexto de uma sociedade moderna industrial. O modelo de consumo evidentemente é um problema, mas também o são o modelo produtivo e as condições capitalistas dessa produção. Se não colocamos o dedo na chaga da exploração capitalista não conseguiremos solução ao tema ambiental¹⁹.

Assim, analisarmos criticamente o contexto atual da produção e consumo globalizados é imprescindível para fundamentar a atuação dos movimentos sociais e das mulheres nas lutas ambientais em particular.

Assistimos nos últimos 20 anos à expansão exponencial dos mercados financeiros e à progressiva mercantilização e financeirização de todos os aspectos da vida humana, da natureza e suas funções ecossistêmicas.

As crises econômico-financeira, social e ecológica se inserem no contexto mais amplo de financeirização da economia, processo intensificado desde os anos 1980 com a crescente desregulamentação do setor financeiro, em particular o desmantelamento dos controles de atividades financeiras entre as economias nacionais e a abertura das contas de capitais. Neste processo de financeirização, a rentabilidade das transações com dinheiro, riscos e produtos associados tornou-se significativamente superior à rentabilidade da produção de riqueza tangível na forma de bens e serviços. Isso implica em um alargamento dos mercados financeiros em relação aos mercados de bens e serviços e um aumento exponencial de atividades especulativas arriscadas, como as que levaram a um ciclo de crises financeiras desde à da tequila em 1994 até o colapso financeiro de 2008.²⁰

Bens que não deveriam entrar na lógica lucrativa de mercado por serem bens comuns, de direito universal, como a biodiversidade, o ar, as funções reguladoras dos ecossistemas, alguns alimentos básicos, entre outros, estão sendo vendidos nas bolsas e mercados à futuro como títulos financeiros. Essa arquitetura econômico-financeira globalizada e que iguala o conceito de desenvolvimento à mera expansão das possibilidades de consumo, não tem como finalidade última a satisfação das necessidades das pessoas, mas sim o sustento dos lucros das empresas e a contínua expansão da acumulação capitalista. Isto produziu, sobre tudo nos países do Sul Global, um aumento das

¹⁹ Mesa sobre Ecologia política, citação de Fernandez, Nora. Latindadd

²⁰ Aguiar, D. La Arquitectura financiera internacional y la reconfiguración de las IFIs pos-2008. In: **Una Alternativa desde el Sur**. Ed. Instituto EQUIT/ TNI. Rio de Janeiro. 2012.

desigualdades sociais, da pobreza e dos conflitos em relação aos recursos naturais pelo aprofundamento da tradicional divisão internacional do trabalho.

Nesse sentido, e se bem a crítica ao modelo exportador de matérias-primas e recursos naturais vem se desenvolvendo há várias décadas entre os movimentos sociais, nos últimos anos ela tem tomado uma ênfase maior, sobretudo nos fortes enfrentamentos no âmbito comercial internacional da OMC e nas negociações comerciais. No caso da América Latina, marcada recentemente pela presença dos chamados governos progressistas, ainda que na última década a fome e a desigualdade social tenham mostrado melhoras substantivas, o modelo macroeconômico continua dependendo da exportação de matérias primas como fonte de divisas que acabaram sustentando inclusive a própria distribuição de renda nos países da região. Assim, as monoculturas de commodities têm-se tornado a garantia para nossas economias, ao mesmo tempo em que elas estão levando os países da região à reprimarização das economias e têm-se transformado de fato no obstáculo e limite ao “desenvolvimento sustentável” e inclusive à própria consolidação das democracias nos países sul-americanos²¹. O chamado neoextrativismo, promovido pelos governos de todos os matizes na região, tem promovido o que Natanson muito ironicamente chama: os chefes de estado de “políticos *commoditie*”²² que mantêm “o cabo submarino que conecta o Bolsa Família com a Monsanto”. Neste sentido, conhecer e denunciar os impactos e riscos provocados pelo modelo agroexportador e a articulação política na sociedade de modo a instalar a necessidade de sua transformação, especialmente através dos processos de integração regional, tornaram-se chaves. As diversas conexões entre esse modelo insustentável e as mulheres são evidentes, tanto em termos de exploração direta da mão de obra rural, como na expulsão das famílias pela expansão da fronteira agrícola destinando cada vez mais terras aos monocultivos, com impactos sobre a soberania alimentar e a saúde das populações rurais e urbanas, entre as consequências desse modelo produtivo concentrador de riquezas, que vem sendo enfrentado pelos movimentos sociais e em particular pelas mulheres.

²¹ Rodriguez, G. La integración posible. In: **Una Alternativa desde el Sur**. Ed. Instituto EQUIT/ TNI. Rio de Janeiro. 2012. (Ver o caso do golpe do Paraguai promovido pelo agronegócio e pelas grandes corporações como Monsanto e Alcan\ Rio Tinto, ligadas ao modelo primário exportador).

²² Natanson, J. El discreto encanto de los “políticos *commoditie*”. In: **Le Monde Diplomatique**. Año XV Nº171. Set 2013. Argentina.

A “economia verde” e as falsas soluções

Atualmente e diante da crise não só econômica e financeira que vive o mundo, mas também climática, ambiental, energética e alimentar, o debate sobre a sustentabilidade da vida tem-se tornado crucial. Entretanto, o que parece estar acontecendo é que o próprio sistema capitalista está reconhecendo os impactos e graves danos causados ao ambiente, especialmente às mudanças climáticas, e diante disso vai incorporando as demandas ecológicas e oferecendo inclusive as chamadas soluções alternativas; ou a “economia verde”. Este foi com certeza o conceito mais polêmico surgido em torno à Rio+20, e do ponto de vista das organizações sociais que organizaram a Cúpula dos Povos em forma paralela à Conferência oficial,

os mecanismos paliativos sendo promovidos como parte do conceito da "economia verde" não significam soluções verdadeiras para a crise, e são uma tentativa de vestir de roupas novas o termo "desenvolvimento sustentável" (que foi esvaziado de sentido pela inação dos governos e pelas estratégias de marketing verde das empresas) com o intuito de retomar o processo de acumulação de capital aos níveis do período pré-2008 e impedir que se adotem mudanças profundas ao sistema neoliberal²³.

Assim, para a criação de novos mercados e de soluções mercadológicas, a tal “economia verde” vem promovendo as chamadas *falsas soluções*. Porque se chamam assim? Porque elas não enfrentam as verdadeiras causas dos graves problemas de contaminação das águas e dos territórios, nem do envenenamento dos alimentos e do ar, nem do aquecimento global do planeta, nem da perda da biodiversidade, ou da desertificação progressiva de vastas áreas terrestres... Pelo contrário, elas criam mecanismos que “tapam o sol com a peneira”. As falsas soluções – como o mercado de carbono, os agrocombustíveis, os mecanismos de desenvolvimento limpo, o pagamento por serviços ambientais, os acordos REDD (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação) e REDDplus (que inclui um falso mecanismo de manejo das florestas pelas comunidades

²³ Documento produzido pela Comissão Facilitadora da Cúpula dos Povos na Rio+20. Abril 2012.

locais) etc. – são trágicas tentativas promovidas pelo capital e as grandes corporações para esconder o uso insustentável dos recursos naturais do planeta²⁴.

Quer dizer, esses mecanismos de mercado transferem a responsabilidade pela problemática ambiental aos países do Sul e às comunidades tradicionais que têm mantido as florestas em pé e as formas sustentáveis de vida que são agora de fato “expropriadas” do usufruto de suas terras ancestrais e comunitárias, ameaçando assim seu modo de vida e a soberania sobre seus territórios.

Com certeza, a raiz da crise atual está nos fundamentos deste sistema e, portanto, as "soluções verdes" de mercado só contribuirão para piorar as múltiplas crises que já estão afetando o mundo todo. O debate ao interior do movimento de mulheres, instigado pela preparação da Rio+20, tem reconhecido como necessária uma mudança do paradigma civilizatório e dos padrões de produção e consumo, enfrentando a falta de compromisso dos governos com a implementação de políticas sustentáveis, a começar pelos acordos já assinados. E significa sobretudo que se trata de continuar a luta pela redistribuição da riqueza e pela reapropriação dos territórios, dos bens comuns e dos corpos e mentes de homens e mulheres para exercer uma cidadania soberana, na busca, enfim, da equidade e da justiça social e ambiental²⁵.

O futuro

Fazendo próprias as palavras expressadas pelo Presidente do Uruguai, José Mujica, em seu discurso na Assembleia da ONU no dia 25 de setembro de 2013 “Me angustia, e quanto, o amanhã que não verei, e pelo qual me comprometo”:

Estamos vivendo um momento não somente de múltiplas crises, como já mencionado, mas de uma verdadeira crise civilizatória – como tem sido unanimemente expressado pelo conjunto dos movimentos sociais nos diversos âmbitos do Fórum Social Mundial, espaço de acúmulo da diversidade dos movimentos e de expressão da rebeldia frente à atual ordem mundial. Essa crise civilizatória é resultado e resumo de um sistema de lucro capitalista e da expressão cultural ocidental hegemônico-capitalista, patriarcal, racista

²⁴ Masinara, E. **Modelo de Desenvolvimento, Sustentabilidade e Desigualdades e Capitalismo verde, mercantilização da natureza e falsas soluções**. Apresentações em *power point* disponíveis em <http://www.equit.org.br/rio20/rio20atividades.htm>

²⁵ Boletins AMB na Rio+20. Disponíveis em <http://www.equit.org.br/rio20/rio20boletins.htm>

e homofóbica que não consegue mais dar resposta aos desafios sociais, ambientais e culturais de nosso tempo.

Essa crise civilizatória da cultura masculina e ocidental dominante não pode-se enfrentar e muito menos resolver dentro dessa mesma cultura. As transformações necessárias do paradigma civilizatório requerem novas narrativas e estratégias alternativas à ordem constituída. Acreditamos que o ecofeminismo – como qualificado por Alicia Puleo, uma das pioneiras dessa formulação integradora das duas visões – deve ser entendido como um novo projeto ético e político..

....além de todos os problemas teóricos e práticos de um feminismo que se encontra em plena elaboração e debate acredito na validade de um projeto feminista ecologista crítico que coloque uma alternativa à crise de valores da atual sociedade consumista e individualista. As contribuições de dois pensamentos críticos – feminismo e ecologismo – nos oferecem a oportunidade de enfrentarmos não só a dominação das mulheres na sociedade patriarcal mas também uma ideologia e estrutura de dominação da Natureza ligadas ao paradigma patriarcal do varão amo e guerreiro²⁶.

Neste sentido, as mulheres têm um acúmulo de debate e mobilização importante que já as relaciona com a agenda da conflitividade social e ecológica. Porém é necessário ampliar e aprofundar a reflexão e compreensão destes temas dentro do movimento de mulheres para qualificar cada dia mais sua incidência no âmbito das negociações, tanto nacionais como internacionais. A agenda dos próximos anos incluirá os desdobramentos da Rio+20 e os objetivos de desenvolvimento sustentável, a avaliação dos 20 anos da Plataforma de Ação de Beijing e, no plano nacional, o acompanhamento dos diversos conflitos ambientais, tais como a construção de Belo Monte e as usinas planejadas na região amazônica, os impactos dos Mega eventos, como a Copa 2014 e as Olimpíadas 2016, os impactos dos Megaprojetos como a construção de portos (Pecém - CE, Porto Sul-BA, Porto do Açu-RJ etc.), complexos petroquímicos, usinas nucleares etc. que vem provocando inúmeros conflitos nos territórios. Fica evidente que essa agenda já tem a presença das mulheres, uma presença que precisa ser fortalecida e qualificada a cada dia.

Sabemos que a transformação não pode ser processada a partir de algo como as saudades do passado, mas sim desde a nossa realidade, que é de novas formas de exploração e financeirização da natureza e do trabalho para continuar a acumulação

²⁶ Puleo, A. Op cit.

capitalista; más é também uma realidade de novas formas de luta expressadas por amplos movimentos sociais organizados; e também pelos movimentos das ruas das principais capitais do mundo que estão mostrando a necessidade de transformação deste modelo.

Num momento histórico em que o mundo precisa de novos atores e novas alianças para assumir a responsabilidade com o cuidado da vida no planeta e a mudança do paradigma civilizatório, o ecofeminismo – junto com outros pensamentos que reflitam sobre a diversidade e a pluriculturalidade – se perfila como um conceito que nos instiga a atualizar o feminismo às demandas e desafios contemporâneos.